

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

## Sumário

|                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>2</b>  |
| <b>Título: País deixará de ter horário de verão em 2019.....</b>                               | <b>2</b>  |
| Título: Vale negocia acordo de até R\$ 1 bi com cidades.....                                   | 2         |
| Título: Engie dá salto no Brasil com compra de gasoduto da Petrobrás por R\$ 33 bi .....       | 4         |
| Título: CSN contrata ex-políticos para destravar negócios .....                                | 5         |
| Título: Saída ecológica.....                                                                   | 7         |
| Título: Novas sanções dos EUA dificultam envio de petróleo venezuelano a Cuba .....            | 8         |
| Título: Como antecipar as receitas do petróleo.....                                            | 10        |
| Título: De olho nas ações .....                                                                | 12        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                        | <b>13</b> |
| Título: Engie oferece US\$ 8,6 bilhões por gasodutos.....                                      | 13        |
| <b>Título: Bolsonaro anuncia fim do horário de verão no Brasil por falta de vantagem .....</b> | <b>14</b> |
| Título: Leilões herdados de Temer geram R\$ 5,8 bi.....                                        | 16        |
| Título: 80% dos recursos do pré-sal podem ir para estados.....                                 | 18        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                  | <b>18</b> |
| Título: Óleo que vazou na Região dos Lagos é da Petrobras .....                                | 18        |
| <b>Título: Governo federal vai cancelar horário de verão deste ano .....</b>                   | <b>19</b> |
| Título: Petrobras vende à Engie rede de gasodutos por US\$ 8,6 bilhões .....                   | 21        |
| Título: Leilão portuário rende R\$ 448 milhões à União .....                                   | 22        |

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 06/04/2019****Seção: Metrópole****Autor: JOÃO CAMINOTO E JULIA LINDNER****Título: País deixará de ter horário de verão em 2019**

Decisão foi anunciada ontem por Bolsonaro; pesquisa indica apoio da maioria da população

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse ontem que neste ano o Brasil não terá o horário de verão e sinalizou que para o futuro a tendência é de que a mudança nos relógios seja eliminada definitivamente do calendário do País. “Tomei a decisão que neste ano não teremos horário de verão”, disse, durante café da manhã com jornalistas. Mais tarde, ele confirmou a decisão no Twitter.

Esta semana, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, informou que a pasta vai finalizar nos próximos dias os estudos sobre o tema. O material será entregue ao presidente Bolsonaro, que decidirá em caráter definitivo pela continuidade ou não do horário de verão no País. Segundo o ministro, a decisão tem de ser tomada neste momento e não leva em consideração apenas dados econômicos, mas outros fatores como sobrecarga e picos de consumo, por exemplo.

Na entrevista aos jornalistas, Bolsonaro contou que a iniciativa foi do deputado João Campos (PRB-GO). Segundo o presidente, o parlamentar o procurou para fazer “um arrazoado para não ter horário de verão”. Pouco antes do anúncio oficial, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, confirmou a intenção do presidente. Segundo ele, além dos estudos técnicos, uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério de Minas e Energia mostrou que 53% da população é a favor do fim do horário de verão.

“Esta é a posição para este ano. Para o próximo ano, faremos avaliação posterior.” Pelo mundo. O debate sobre o fim do horário de verão não ocorre só no Brasil. Em 26 de março, o Parlamento Europeu aprovou, com participação recorde. A proposta inicial previa que o horário de verão acabasse imediatamente, mas a medida valerá a partir de 2021.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 06/04/2019****Seção: Metrópole****Autor: Renata Batista / RIO****Título: Vale negocia acordo de até R\$ 1 bi com cidades**

Montante seria pago pela mineradora para amenizar efeito da suspensão de quase metade das atividades no Estado após tragédia de Brumadinho

O acordo negociado entre a Vale, o governo de Minas Gerais e prefeituras de dez municípios afetados pela tragédia de Brumadinho pode resultar na distribuição, pela empresa, entre 2019 e 2021, de R\$ 1 bilhão, segundo estimativa do ItaúBBA. O montante seria pago pela mineradora para amenizar o impacto da suspensão de quase metade das atividades no Estado após a queda da barragem.

Isso equivale a cerca de 30% mais do que as dez cidades (Barão de Cocais, Belo Vale, Congonhas, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Rio Acima, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo) receberam no ano passado em Contribuição Financeira pela Extração Mineral (Cfem): R\$ 774 milhões. De acordo com o governo de Minas, o acordo ainda não está fechado. O Estado recebeu, ao todo, R\$ 1,3 bilhão apenas da Cfem.

A arrecadação gerada pela contribuição depende diretamente da produção mineral. Não inclui os impostos estaduais (ICMS e IPI) e os municipais (ISS) decorrentes da atividade minerária. Segundo a Vale, seria firmado um novo regime tributário que poderia resultar em pagamento adicional de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de R\$ 550 milhões retroativos e mais R\$ 107 milhões em ICMS adicional ao ano, além de R\$ 100 milhões anuais para as prefeituras.

Ações. Para o ItaúBBA, as conversas afastam o risco de ações judiciais dos governos estadual e municipais contra a empresa. São importantes para a companhia reduzir os pontos de disputa com os governos. O foco, porém, deve ser a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo, para reduzir as incertezas, que dará mais clareza sobre os custos totais que a mineradora terá com a tragédia. O governo de Minas informou ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que trabalha para firmar ainda em 2019 o TAC definitivo.

Não quis se pronunciar, porém, sobre a negociação de um acordo de apoio fiscal com a Vale. O Estado enfrenta grave crise econômica, com mais de R\$ 7 bilhões em repasses atrasados para os municípios. Desde o início do ano, Minas negocia com a União a entrada no regime de recuperação fiscal. A tragédia causada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho aconteceu em 25 de janeiro e deixou 221 mortos e 75 desaparecidos.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 06/04/2019****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Engie dá salto no Brasil com compra de gasoduto da Petrobrás por R\$ 33 bi**

Estratégia. Em maior venda de sua história, petroleira embolsará recursos e continuará usando quase toda a capacidade da rede, da qual ainda é sócia com 10% de participação; antiga Tractebel, compradora negociou a aquisição por dois anos e pensa em expansão

O consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot e Placement du Quebec (CDPQ) venceu a disputa para comprar 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobrás. O grupo vai pagar US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões) pelo gasoduto de 4,5 mil quilômetros (km) nas Regiões Norte e Nordeste. Trata-se da maior venda da Petrobrás, cujas ações subiram 2% ontem.

A entrada do dinheiro no caixa da estatal, que tem outros ativos à venda, deve ocorrer depois das aprovações pelos órgãos de governança da empresa e de defesa da concorrência. Com a transação, cujo valor total do ativo é de R\$ 35,1 bilhões, a Petrobrás ficará com 10% do gasoduto e continuará usando quase toda capacidade da rede por meio dos contratos vigentes. "Para a estatal, foi ótimo porque ela ainda tem problemas financeiros e agora passa a se concentrar na exploração upstream (fase antes do refino)", afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Para a Engie, a aquisição significa um salto nos negócios do grupo no Brasil. Antiga Tractebel, a empresa estreou no mercado nacional com a compra da Gerasul e hoje é a maior geradora privada de Energia elétrica País. "Foram quase dois anos de negociação, mas valeu a pena porque demos um passo importante na diversificação dos negócios no Brasil", afirmou o presidente da Engie, Maurício Bähr.

Ele explica que, na composição do consórcio, a Engie ficou com 58,5% de participação e o CDPQ – que está fazendo o primeiro investimento no País – com 31,5%. A participação da francesa, que foi assessorada pelo Citi, será dividida meio a meio entre a Engie Brasil Energia e a Engie na França. Cerca de R\$ 22 bilhões do valor total da transação serão financiados por bancos nacionais e estrangeiros. Outros R\$ 11,5 bilhões são capital próprio dos dois sócios.

Parte dos empréstimos será feito em dólar com seis ou oito bancos internacionais. A parte em reais será financiada por três bancos brasileiros. "Todo o financiamento será baseado nos recebíveis do gasoduto", afirmou Bähr. Em 2017, a TAG faturou cerca de R\$ 4,5 bilhões.

Atualmente a Engie detém 32 mil km de gasodutos de transporte e 200 mil km de redes de distribuição de gás no mundo. "Como no setor de Energia elétrica, que expandimos de 3,3 mil MW para 10 mil MW, o objetivo é crescer nessa área também. Mas vamos assumir a empresa primeiro para depois decidir sobre expansão."

Iniciadas em 2017, as negociações para compra da TAG foram suspensas no ano passado por decisão judicial e retomadas em janeiro deste ano. A venda do gasoduto foi feita em duas etapas, conforme regra definida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na primeira, a Engie já havia apresentado a melhor proposta e foi escolhida pela Petrobrás, que foi assessorada pelo banco Santander, para negociar as bases do contrato.

Na segunda fase, todos os concorrentes que participaram da primeira, mas perderam, tiveram a oportunidade de fazer novas ofertas. Os grupos tiveram 20 dias para refazer as propostas, cujo prazo terminou na terça-feira. Além do grupo de Engie e CDPO, o fundo Mubadala e um consórcio formado por Itaúsa o fundo Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) fizeram ofertas.

Segundo fontes ligadas ao processo, a disputa pelo ativo foi acirrada. O Mubadala ficou em segundo lugar e o consórcio de Itaúsa e CPPIB, em terceiro lugar. A diferença entre as propostas foi pequena. Todos tiveram de apresentar garantias de R\$ 1 bilhão para a Petrobrás. Para ter ideia do tamanho do negócio, o valor de TAG é maior que toda participação da Petrobrás na BR Distribuidora, da ordem de R\$ 21 bilhões.

Em setembro de 2016, a Petrobrás vendeu 90% do gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a gestora canadense Brookfield e Itaúsa. A estatal levantou US\$ 4,2 bilhões.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Mônica Scaramuzzo

**Título:** CSN contrata ex-políticos para destravar negócios

Depois de ex-governador, ex-ministro e ex-secretário, siderúrgica chama Marconi Perillo para criar polo industrial e fábrica de cimento

A CSN, do empresário Benjamin Steinbruch, contratou a consultoria do ex-governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), para explorar novos investimentos para o grupo. Perillo, que chegou à companhia em novembro, está negociando a criação de um polo industrial e comercial na região de Volta Redonda (RJ), onde a siderúrgica tem vários terrenos, e está em busca de um local para construir sua nova fábrica de cimento, apurou o "Estado".

Nos últimos anos, Steinbruch tem se cercado de ex-integrantes de governos para ajudar o grupo a expandir seus negócios. O ex-ministro e ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), que concorreu à presidência no ano passado, foi responsável pelo projeto da ferrovia do Transnordestina, entre 2015 e 2016. Ele saiu para dar início à campanha, mas o posto foi assumido pelo economista Pedro Brito, ex-ministro da Secretaria Nacional dos Portos do governo Lula. Ele foi indicado pelo Ciro Gomes à CSN.

Mosca azul. Próximo ao presidenciável, Steinbruch se filiou ao PP no ano passado e foi apontado como possível vice-presidente de Ciro, mas o posto acabou sendo assumido pela senadora Kátia Abreu. Pessoas próximas ao empresário afirmam que ele "foi mordido pela mosca azul" e não descarta entrar na política.

Na mesma época na qual Ciro foi convidado para ir para a siderúrgica dos Steinbruch, Paulo Caffarelli, ex-secretário da Fazenda e ex-funcionário de carreira do Banco do Brasil (BB), foi contratado para assumir a diretoria financeira e relações com o mercado da companhia. No cargo, Caffarelli ajudou a renegociar as pesadas dívidas da siderúrgica com os bancos públicos. Em 2016, deixou a CSN para assumir a presidência do BB.

O convite para Perillo trabalhar na CSN partiu de Steinbruch, segundo fonte próxima ao ex-governador. Em outubro, Perillo foi preso no dia em que foi prestar depoimento à Polícia Federal sobre a Operação Cash Delivery, por suposto repasse de R\$ 10 milhões da Odebrecht para suas campanhas ao governo de Goiás em 2010 e 2014.

Pessoas a par do assunto afirmam que Perillo – nas últimas três décadas à frente de mandatos públicos – quer construir uma carreira executiva e deixar a vida política.

Consultoria. Perillo não é executivo direto do grupo dos Steinbruch. Ele abriu uma consultoria com sua mulher, Valéria, a MV, para assessorar a CSN. Como consultor, tem explorado o mercado imobiliário, considerado um novo negócio e estratégico para a CSN. Com sede em Volta Redonda, onde tem vários terrenos, o grupo pretende criar um polo industrial e comercial no entorno da

cidade. A experiência de Perillo como gestor público, dizem fontes ouvidas pelo Estado, facilitaria o trânsito do grupo nas negociações com prefeituras.

A CSN também quer tirar do papel os planos para construir um shopping na zona sul de São Paulo, onde também tem terrenos. Além disso, Perillo está buscando outro lugar para a CSN construir sua terceira fábrica. O grupo já possui unidades em Arcos (MG) e Volta Redonda.

O fato de Perillo ser alvo na Lava Jato não preocupa a CSN, uma vez que o ex-governador presta serviços como consultor, sem ser funcionário direto do grupo. "Nos Estados Unidos, o lobby é considerado uma atividade comum e muitos executivos transitam da gestão pública para privada, sem problemas", diz Herbert Steinberg, sócio da Mesa Corporate, especializada em governança. "A ação não tem nada de ilegal, desde que a migração para a companhia privada respeite uma quarentena."

Segundo Steinberg, no Brasil, contudo, este tipo de contratação tem uma leitura diferente: de maior influência, uma vez que a relação com o governo ocorre em várias esferas, com bancos públicos, fundos de pensão e bancos de fomento, por exemplo.

Números. Com dívida líquida de R\$ 26,6 bilhões no quarto trimestre de 2018, a CSN encerrou o ano passado com faturamento de R\$ 22,9 bilhões. Em 2015, durante a recessão do Brasil e crise global da mineração, o grupo colocou vários ativos à venda para reduzir seu pesado endividamento. No ano passado, vendeu sua siderúrgica nos EUA e está em negociações para vender as unidades de Portugal e Alemanha.

Com a recuperação dos preços do minério – e acordos de venda antecipada de matéria-prima para grandes tradings, como a Glencore –, as ações do grupo voltaram a se valorizar. Neste ano, a companhia acumula alta de 92% e está avaliada em R\$ 23,2 bilhões. Esses últimos movimentos estão dando fôlego à companhia. Procurado, Perillo não quis dar entrevista. A CSN também não quis comentar a nova contratação.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Sonia Racy

**Título:** Saída ecológica

**Direto da Fonte**

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, e o Ibama estão negociando com a Vale, ajudados pelo governador Romeu Zema, uma "saída ecológica" para os estragos ocorridos em Brumadinho: a conversão de R\$ 250 milhões da multa aplicada pelo Ibama em ações ambientais da Vale voltadas para Minas. Entre as possibilidades, segundo contou o ministro à coluna, está a adoção, pela mineradora, de sete parques nacionais hoje administrados pelo ICMBio dentro do território mineiro.

## Saída 2

"Eu sugeri, a Vale concordou", informa Salles. Faltava agora, acrescentou, "conferir se é juridicamente possível". Se der certo, a Vale passa a ser a operadora dos parques por 10 anos. Os incluídos na proposta são os de Caparaó, Grande Sertão Veredas, Caverna do Peruaçu, Sempre-Vivas, Serra do Gandarela, Serra da Canastra e Serra do Cipó.

## Realizando

A CSN se prepara para lançar US\$ 1,5 bilhão em bônus no mercado americano com o intuito de alongar o perfil da dívida da empresa, segundo contou ontem à coluna Benjamin Steinbruch – informação adiantada pela coluna na Broadcast. "Em razão do preço do minério lá fora, acredito que será um sucesso" resume o empresário. A ação da CSN subiu 90% na bolsa neste ano de 2019.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Internacional

**Autor:** AFP

**Título:** Novas sanções dos EUA dificultam envio de petróleo venezuelano a Cuba

Pressão. Donos de 34 embarcações responsáveis pelo transporte de petróleo entre os dois países e duas empresas tiveram os bens nos EUA confiscados; Casa Branca diz que objetivo é ampliar o estrangulamento financeiro do regime e desestimular o apoio cubano à repressão chavista

Os EUA impuseram ontem sanções ao petróleo exportado da Venezuela para Cuba. O objetivo é pressionar um dos principais aliados regionais do presidente Nicolás Maduro a deixar de prestar assistência ao chavista, principalmente na repressão e monitoramento de opositores. Caracas envia a Cuba 59 mil barris de petróleo por dia, que equivalem a 70% do consumo do país. Há seis anos, quando Maduro assumiu o poder em Caracas, esse volume era cinco vezes maior.

Segundo a Casa Branca, as sanções ao petróleo enviado a Cuba foram adotadas a pedido da Assembleia Nacional venezuelana, controlada pela oposição e presidida por Juan Guaidó, que se declarou presidente interino do país em janeiro. O objetivo das sanções anunciadas ontem, ainda segundo a Casa Branca, é ampliar o estrangulamento financeiro do regime, bem como sua habilidade para perseguir a oposição. “O objetivo é prejudicar as ferramentas de repressão que Maduro tem”, disse a fonte da Casa Branca em uma entrevista a vários meios de comunicação, entre eles o Estado.

Este funcionário não é identificado pelo governo americano. Os donos de pelo menos 34 embarcações, responsáveis pelo envio de petróleo entre os dois países, e duas empresas tiveram os bens nos EUA confiscados pelo Departamento do Tesouro. Entre as empresas que trabalham com a entrega de petróleo venezuelano aos cubanos, uma é a liberiana Ballito Shipping Incorporated. A outra é a grega Pro-Per In Management Incorporated. Os cargueiros, em sua maioria, pertencem à estatal petrolífera PDVSA.

A cooperação petrolífera entre Cuba e Venezuela começou ainda nos governos de Hugo Chávez e Fidel Castro. À época, os cubanos pagavam o petróleo com o envio de médicos a zonas carentes venezuelanas, a chamada Misión Barrio Adentro. Quando estava no poder, Chávez não embarcava petróleo subsidiado apenas para Cuba. A Petrocaribe, criada na década de 2000, enviava a commodity para outros países da América Central e do Caribe, como Nicarágua, Jamaica e Trinidad e Tobago.

A produção venezuelana de petróleo quando Maduro chegou ao poder beirava os 3 milhões de barris por dia. Destes, 500 mil eram destinados à Petrocaribe, e metade a Cuba. O endividamento e a falta de investimento em infraestrutura na PDVSA, combinados com a hiperinflação, a queda do barril do petróleo a partir de 2014 e as sanções americanas a partir de 2017, derrubaram a produção quase à metade.

Com dificuldade de honrar parcerias, Maduro foi abandonando seus parceiros caribenhos, com exceção dos cubanos. Como consequência, ele também passou a ter menos apoios em votações na Organização de Estados Americanos (OEA). No ano passado, a Venezuela chegou a importar US\$ 440 milhões em petróleo para não deixar de cumprir seus acordos com Havana. Isso ocorreu, segundo analistas, porque a parceria que começou na área da saúde se estendeu à segurança e espionagem.

Washington e a oposição venezuelana acusam Havana de treinar agentes do Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin), responsável pela prisão de dissidentes e opositores do regime. Há relatos de colaboração de agentes do G-2, o serviço secreto cubano, com autoridades do aparato repressor chavista.

Para o secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, Cuba tem um papel crucial na piora da crise venezuelana e, por isso, os envios de petróleo ao país foram alvo de sanções.

“Os EUA estão tomando ações contra entidades que oferecem ajuda vital para que Maduro se mantenha no poder”, disse em nota. “Cuba continua a lucrar e apoiar o regime ilegítimo de Maduro com um esquema de ‘petróleo por repressão.’” As próximas etapas da pressão americana sobre Maduro, ainda de acordo com a fonte da Casa Branca, devem envolver maior medidas econômicas e diplomáticas. “Temos uma gama de ferramentas que podemos usar e contaremos com o fator surpresa para surpreendê-lo. “Em dois meses e meio conseguimos mais do que nos últimos 20 anos.”

Venezuelanos ficarão 3 horas diárias sem luz

O governo venezuelano divulgou ontem o cronograma de racionamento elétrico que será adotado na Venezuela, com exceção de Caracas e outros três Estados. Segundo o planejado, os cidadãos ficarão sem luz pelo menos 18 horas por semana, ou seja, ocorrerão apagões de 3 horas por dia. A medida de racionamento exclui os Estados de Vargas, próximo a Caracas e onde fica o principal aeroporto da Venezuela; Amazonas e Delta Amacuro, regiões de fronteira e afastadas da capital. Maduro anunciou na semana passada o racionamento, que durará 30 dias, mas só ontem foram revelados os detalhes. Os cortes programados de luz são a resposta do chavismo à crise de Energia elétrica, que o país enfrenta desde 7 de março, quando começou uma sequência de blecautes que paralisou a Venezuela durante pelo menos 11 dias. A oposição e especialistas atribuem o colapso no sistema elétrico à falta de manutenção, à imperícia e à corrupção, mas Maduro insiste em que se trata de “uma guerra não convencional para tornar o país ingovernável”.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 06/04/2019**

**Seção: Opinião**

**Autor: Adriano Pires**

**Título: Como antecipar as receitas do petróleo**

Desde a descoberta do pré-sal, governo e empresas estudam alternativas de financiamento competitivas para acelerar investimentos na exploração e desenvolvimento. Neste contexto, vem sendo discutida a viabilidade da adoção da Reserve Based Lending (RBL, ou empréstimo lastreado em reservas), modalidade de financiamento amplamente difundida nos EUA desde 1970 e uma das principais fontes de financiamento da indústria do shale

norte-americana, que foi responsável por mais de 90% do crescimento da produção de óleo e gás dos EUA entre 2009 e 2018.

Essa modalidade de financiamento se assemelha às estruturas existentes de project finance e asset-based lending, ou seja, instrumentos de dívidas que são contratados tendo como lastro a geração de caixa de projetos – no caso da RBL, reservas provadas de companhias de petróleo, em que se antecipam recursos por intermédio de bancos para serem aplicados majoritariamente no financiamento dos investimentos pré-produção dos campos. Essa alternativa costuma ter prazo de cinco a sete anos e, geralmente, é contratada na modalidade bullet, com pagamento do principal somente no vencimento da dívida.

Análogos às estruturas típicas de project finance, os RBL têm cláusulas restritivas (covenants), como um limite de endividamento líquido sobre o EBITDAX menor do que 4.0x e cobertura de juros acima de 1.0x. Dentre as vantagens, permitem que se contrate dívida não onerosa (non-recourse) à companhia subjacente, portanto ampliando a capacidade de endividamento de uma companhia por intermédio dessas estruturas. Estruturas de RBL são bastante utilizadas em regime de partilha de produção.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vem discutindo desde 2016 (Consulta Pública #15) como introduzir essa alternativa de financiamento, tendo realizado workshop temático em dezembro de 2017 e publicado minuta de resolução em novembro de 2018 no âmbito da Consulta Pública #28. A adoção da RBL no Brasil é oportuna por dois motivos: permitir que novos agentes de pequeno e de médio portes possam participar da exploração e produção de petróleo e gás e possibilitar ao governo estudar a antecipação de recursos no âmbito de seu esforço fiscal por intermédio da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Analisando as cinco rodadas no regime de partilha de 2013 até 2018, o governo arrecadou R\$ 31 bilhões em bônus de assinatura e obteve um ágio médio de 150% no percentual de partilha, em comparação com os percentuais mínimos. Se assumíssemos a curva futura de petróleo atual (preços de petróleo tipo Brent entre US\$ 65 e US\$ 70), a curva de aprendizado com o pré-sal (reduzindo o capex por poço para US\$ 100 milhões), produtividade média de 25 mil barris por dia, um fator de recuperação dos recursos prováveis de 35% e o percentual máximo antecipável para reservas não desenvolvidas em estruturas de RBL de 60%, o governo brasileiro poderia antecipar entre R\$ 65 bilhões e R\$ 100 bilhões, utilizando uma taxa de desconto de 10%.

Entre as desvantagens da modalidade de RBL está o fato de que o montante disponível não é imutável e é revisto periodicamente dependendo do

comportamento de variáveis como preço de petróleo, curva de produção, custos de extração e produção ou qualquer variável que possa interferir no fluxo de caixa que está sendo considerado como base para o empréstimo. Apesar das desvantagens – inerentes a estruturas de empréstimos lastreadas em ativos e/ou fluxos de caixa futuros –, o momento atual é oportuno para que o governo analise essa opção como indutora da possível aceleração de investimentos via fundo social e também como mais uma ferramenta de atração de novos atores. Uma possível aplicação como ferramenta de alcançar a meta de superávit primário também não deveria ser descartada.

O mercado de RBL é bastante maduro globalmente. Bancos internacionais têm ampla experiência na modalidade, tendo, inclusive, vivenciado situações de estresse quando da queda dos preços de petróleo para US\$ 30 o barril e as consequentes pressões que surgiram de refinanciamento.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Beth Moreira

**Título:** De olho nas ações

### Coluna do Broadcast

Minério continuará dando suporte para ações da Vale e siderúrgicas

A expectativa de que a oferta de minério de ferro no mercado global continue restrita no curto prazo deve continuar impulsionando o preço da commodity, assim como as ações da Vale e das siderúrgicas. Analistas já esperam que a cotação do minério possa chegar a US\$ 100,00 a tonelada até o final do ano, ante o patamar US\$ 90,00 alcançado nesta semana.

O estrategista de pessoa física da Santander Corretora, Ricardo Peretti, explica que as ações da Vale devem seguir se valorizando, uma vez que os investidores assumem que o maior preço de minério de ferro irá compensar parcialmente a menor produção decorrente do acidente com a barragem da empresa em Brumadinho, em Minas Gerais.

Pedro Galdi, da Mirae Asset, afirma que as expectativas são de que, com o mercado apertado, o preço possa chegar próximo a US\$ 100,00 a tonelada até o final deste ano. Outras siderúrgicas com grande exposição ao negócio de mineração, como CSN, também serão beneficiadas. Galdi explica que a sua produção, que além de atender suas necessidades em siderurgia, terá uma maior parcela de minério colocada no mercado internacional com preços elevados, ampliando sua geração operacional de caixa nos próximos trimestres.

"Para a Gerdau e Usiminas, que produzem praticamente suas necessidades, o efeito não será representativo no fluxo de caixa, mas o preço da ação pode continuar sendo influenciado pelo maior preço do minério de ferro", afirma. Galdi ressaltava ainda que com o aumento da commodity as siderúrgicas no exterior tendem a ajustar preços, o que deixa o produto brasileiro mais barato e pode levar as brasileiras a fazer novos reajustes no mercado doméstico.

A expectativa em torno de um acordo comercial entre EUA e China também influencia a cotação do minério, lembra ainda o analista Régis Chinchila, da Terra Investimentos. Sabrina Cassiano, analista da Coinvalores, acrescenta que a demanda da China continua sólida, com as obras de infraestrutura e o setor de construção civil garantindo o bom desempenho a despeito da desaceleração da atividade.

Para a semana, a Guide fez duas trocas na carteira. Saíram B2W ON e Petrobras PN e entraram Bradesco PN e Braskem PNA. Sobre o banco, a corretora diz que segue otimista com o avanço do lucro e expectativa de maior distribuição de dividendos nos próximos trimestres. A Guide também tem uma visão construtiva para a petroquímica, que tem conseguido melhorar suas margens e resultado operacional nos últimos trimestres.

A Terra Investimentos tirou TIM ON do portfólio e incluiu BRMalls. Sobre a empresa de shoppings, a corretora destaca que a robustez de seus negócios permite maior poder de barganha para atrair varejistas e contratos de serviços terceirizados. A redução na alavancagem financeira e melhora da estrutura de capital também são pontos positivos.

A Nova Futura manteve apenas Gerdau PN na carteira e incluiu Hypera ON, AES Tietê Unit, Telefônica Brasil PN (Vivo) e Weg ON. A Mirae Asset incluiu CCR ON e Itaú Unibanco PN no lugar de Rumo ON e Sanepar Unit. O banco digital Modalmais incluiu Cteep PN, Engie ON, Cosan PN e BB Seguridade ON. Já o Santander fez apenas uma mudança com a saída de Suzano ON e entrada de Vale ON.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Engie oferece US\$ 8,6 bilhões por gasodutos

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO - A Petrobras informou que a francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) apresentaram a melhor proposta para a compra de uma fatia de 90% de sua

unidade Transportadora Associada de Gás (TAG), no valor total de US\$ 8,6 bilhões.

O valor do negócio inclui o pagamento, pelos compradores, de dívidas da TAG perante o BNDES (US\$ 800 milhões). A transação considera a taxa de câmbio de R\$ 3,85, acrescentou a estatal em comunicado divulgado nesta sexta-feira (5).

Com a venda da TAG, a Petrobras prevê levantar um total de US\$ 10 bilhões com desinvestimentos em ativos nos primeiros quatro meses do ano, conforme afirmou recentemente o presidente da empresa, Roberto Castello Branco.

A TAG é um dos principais desinvestimentos do atual plano de venda de ativos da Petrobras.

Reuters

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Cotidiano

**Autor:**

**Título:** Bolsonaro anuncia fim do horário de verão no Brasil por falta de vantagem

Bolsonaro anuncia fim do horário de verão no Brasil por falta de vantagem

Em 2019, será a primeira vez em mais de 30 anos que a medida não será empregada no país

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (5) que não haverá horário de verão em 2019. Será a primeira vez em mais de 30 anos que os brasileiros não precisarão adiantar os relógios em uma hora no final do ano.

Atualmente, o horário de verão abrange as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

“Após estudos técnicos que apontam para a eliminação dos benefícios por conta de fatores como iluminação mais eficiente, evolução das posses, aumento do consumo de Energia e mudança de hábitos da população, decidimos que não haverá Horário de Verão na temporada 2019/2020”, escreveu o presidente no Twitter, na tarde desta sexta-feira.

Antes, ele havia afirmado a um grupo de jornalistas que pretendia acabar com a antecipação dos relógios, em razão de estudos realizados pelo **Ministério de Minas e Energia**.

O porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, disse pouco antes da publicação da mensagem de Bolsonaro nas redes sociais que o presidente havia levado em conta para tomar a decisão uma pesquisa da pasta que indicou que 53% dos entrevistados são a favor de acabar com o horário de verão.

Segundo Rêgo Barros, ainda não há definição sobre se a medida será mantida nos próximos anos. “Para o ano posterior, faremos nova avaliação”, afirmou o porta-voz.

O Ministério de Minas e Energia informou que recomendou ao presidente a suspensão do horário de verão.

De acordo com a pasta, mudanças nos hábitos da população nos últimos anos fizeram com que não fossem mais alcançados os resultados esperados com a ação, que era a redução do consumo de Energia a partir de um melhor aproveitamento da luz natural.

“Considerando as mudanças de hábitos de consumo e da configuração sistêmica do setor elétrico brasileiro, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico solicitou novos estudos sobre os impactos do Horário de Verão para o sistema elétrico. Esses estudos indicaram que o horário de verão deixou de produzir os resultados para os quais essa política pública foi formulada, perdendo sua razão de ser aplicado sob o ponto de vista do setor elétrico”, justificou o ministério.

O horário de verão foi adotado pela primeira vez no país no fim de 1931, com a finalidade de economizar Energia elétrica nos meses mais quentes do ano. Foi aplicado sem interrupção nos últimos 35 anos.

Pesquisas mostram, no entanto, que a eficiência na economia de Energia vem caindo ano após ano. Um estudo divulgado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) considerou nula a economia de Energia durante o horário de verão 2017/2018.

De acordo com o relatório, a redução apresentada em análises durante o horário de verão também foi verificada em outros períodos, antes mesmo dos ajustes no relógio.

Segundo alguns especialistas, a queda dos índices de economia de Energia acontece pela mudança de comportamento do brasileiro. As pessoas atualmente têm jornadas de trabalhos diferentes, saem de casa mais tarde e utilizam mais o ar-condicionado durante o dia, quando as temperaturas estão elevadas.

No verão 2016/2017, a economia decorrente da redução do uso de usinas foi de R\$ 159,5 milhões. No mesmo período do ano anterior (2015/2016), foram economizados R\$ 162 milhões.

O ex-presidente Michel Temer (MDB) chegou a sinalizar intenção de descontinuar o horário de verão, mas, em meio à tensão de um momento em que tentava barrar denúncias contra ele por obstrução judicial e organização criminosa, foi orientado a desistir da mudança.

Assim como no Brasil, o fim de alterações do horário durante o verão também está na pauta de discussão em outros países. Exemplo disso foi a aprovação pelo Parlamento Europeu da decisão de não realizar o horário de verão a partir de 2021.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Tais Hirata, Ivan Martínez-Vargas e Patrícia Campos Mello

**Título:** Leilões herdados de Temer geram R\$ 5,8 bi

Ciclo de concessões rende outorgas e investimentos bilionários; teste do novo governo começa agora, dizem analistas

São Paulo e Boston - O leilão de seis terminais portuários, realizado nesta sexta-feira (5), encerrou um ciclo de projetos de infraestrutura deixados pela gestão Michel Temer (MDB) e que renderam a Jair Bolsonaro (PSL) R\$ 5,8 bilhões de pagamentos de outorga logo na largada de seu governo.

Em menos de um mês, foram firmadas concessões de 12 aeroportos regionais, 10 terminais portuários e o trecho central da ferrovia Norte-Sul.

Todas essas concorrências foram estruturadas em 2018, mas não houve tempo suficiente para levá-las a leilão antes do fim do governo Temer.

Amais recente delas, nesta sexta, concedeu à iniciativa privada seis terminais no Pará. Entre os vencedores dos diferentes lotes, estão os grupos Ipiranga, Raízen, Ultra e a estatal Petrobras.

Ao todo, terão de investir R\$ 420 milhões nos terminais que arremataram.

Os números totais do ciclo de leilões deste último mês atingem patamar bem mais elevado: os empreendimentos receberão um total de R\$ 6,82 bilhões nos próximos 30 anos.

Os pagamentos que as empresas terão de fazer à União alcançarão cerca de R\$ 8 bilhões ao fim dos contratos — além dos R\$ 5,8 bilhões iniciais, os editais preveem remunerações mensais ao longo das concessões.

Passados os projetos herdados de Temer, analistas avaliam que só agora o novo governo mostrará sua real capacidade de execução.

"Vamos entrar em um período sem leilões. No âmbito estadual, há uma expectativa de projetos de infraestrutura, mas, no federal, teremos uma entressafra. Agora é o momento de vermos quão efetivo o governo será em desovar projetos", disse Mauro Penteado, sócio do Machado Meyer.

Para Edson Lopes Gonçalves, da FGV, o intervalo não necessariamente é um problema. "Vontade não falta, mas é preciso correr para que saia neste ano. É melhor fazer com mais calma e ter uma modelagem correta do que correr e lançar projeto mal feito que gere eventuais renegociações."

O setor ainda aguarda o anúncio do calendário de projetos do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) para este governo.

Em evento em Boston, nesta sexta, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro-chefe da Secretaria de Governo, afirmou que a equipe do PPI vai se reunir até o fim do mês para apresentar uma seleção de obras de infraestrutura estratégicas inacabadas e decidir quais serão priorizadas.

Mesmo sem essas definições, o Ministério de Infraestrutura já trabalha nos projetos, disse o chefe da pasta, Tarcísio Gomes de Freitas, em São Paulo.

"Haverá situações em que um projeto qualificado pelo PPI já terá sua consulta pública lançada na semana seguinte. Nada está parado."

Entre os projetos mais avançados, estão arrendamentos de terminais portuários em Santos (SP), Paranaguá (PR) e Suape (PE). Na área de rodovias, há também as concessões da BR-364 e BR-365 (de Uberlândia a Jataí), que aguardam o aval do TCU (Tribunal de Contas da União).

Para o próximo ano, também já há concessões anunciadas nos setores de aeroportos, rodovias e ferrovias, em diferentes fases de modelagem e aprovação.

Outras preocupações do setor são a perspectiva de crescimento da economia e a aprovação de reformas, avalia Marcos Ganut, sócio-diretor da consultoria Alvarez e Marsal.

"As condições do país —e aí entra a reforma da Previdência— serão adequadas para a infraestrutura decolar? Não adianta nada ter leilões e mais leilões se não houver a segurança que o investidor espera."

O impacto se reflete não apenas no apetite de investidores, mas na própria modelagem dos editais, disse ele. Isso fica claro nos projetos de logística e transportes, cuja viabilidade econômico-financeira depende da demanda de passageiros e de carga, segundo analistas.

"Entre os erros mais comuns nos modelos de concessões anteriores de aeroportos e rodovias está a modelagem da demanda superestimada, como ocorreu no Galeão. É preciso ser conservador", disse Gonçalves, da FGV.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** 80% dos recursos do pré-sal podem ir para estados

CAMPOS DO JORDÃO (SP) O ministro da Economia Paulo Guedes disse nesta sexta-feira (5) que a maior parte dos recursos obtidos com o leilão do pré-sal irá para os estados e municípios.

"Esse dinheiro todo que vai sair do pré-sal, nossa ideia, conversando com nossos líderes políticos, é mudar a proporção brutalmente a favor dos estados e municípios. Botar 60%, 70%, 80 para estados e municípios e 20% para a União", disse ele. "Aí vamos ser de verdade uma República Federativa."

Segundo Guedes, os recursos devem sair no ano que vem.

"O dinheiro tem que ir para estados e municípios e vai ser o dinheiro que vai sair do pré-sal. E vai sair mesmo, ano que vem já está saindo. Estamos desentupindo a cessão onerosa, já estamos resolvendo", afirmou o ministro da economia em encontro com empresários e lideranças políticas em Campos do Jordão (SP).

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Rio

**Autor:** ARTHUR LEAL

**Título:** Óleo que vazou na Região dos Lagos é da Petrobras

Empresa não informou origem ou quantidade do material que foi parar no mar. Ministério Público Federal diz que dano foi grande, mas secretário do Ambiente de Arraial do Cabo, cidade mais atingida, diz que situação está sob controle

Dois dias após um vazamento de óleo atingir praias da Região dos Lagos, principalmente o Pontal do Atalaia e a Prainha, em Arraial do Cabo, a Petrobras reconheceu sua responsabilidade pela contaminação, sem informar, contudo origem ou a quantidade do material que foi parar no mar. De acordo com a prefeitura de Arraial, ontem foram recolhidos 240 quilos de resíduos no costão do Saco do Cherno, ponto de mergulhadores na região. Ali, foi encontrada a maior concentração do produto, que, segundo o Ibama, também chegou à Praia das Conchas, em Cabo Frio.

O trabalho de limpeza foi feito ontem por cerca de 40 funcionários da Petrobras, da prefeitura de Arraial do Cabo e de órgãos ambientais, além de mergulhadores e pescadores. O secretário do Ambiente de Cabo Frio, Arildo Mendes, afirmou que a situação está sob controle.

— A água está própria para banho e para pesca. O óleo não se mistura com a água.

Existem pontos específicos, que já foram isolados. As praias não estão poluídas, e boa parte do material já foi recolhida — garantiu.

Na quinta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) realizou uma vistoria na área atingida pelo vazamento e avaliou que a situação era grave.

— O dano foi grande e a situação é absurda, por se tratar de uma unidade de conservação. Percebemos que o sistema é falho, e estudamos medidas judiciais para que seja dado acesso às entidades de fiscalização aos "DNAs dos petróleos" extraídos pelas plataformas — disse o procurador Leandro Mitidieri.

Em nota, a Petrobras informou ontem que "resíduos de óleo proveniente de suas atividades atingiram algumas praias em Búzios e Arraial do Cabo". Segundo a empresa, "equipes foram mobilizadas e estão fazendo monitoramento e limpeza da área. As causas estão sendo apuradas".

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 06/04/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** ALAN GRIPP, PAULO CELSO PEREIRA, JUSSARA SOARES, KARLA GAMBA, GUSTAVO MAIA, MANOEL VENTURA

**Título:** Governo federal vai cancelar horário de verão deste ano

Bares e restaurantes do Rio estimam que mudança vai afetar negócios do setor

O presidente Jair Bolsonaro decidiu acabar com o horário de verão para o ano de 2019. A medida foi confirmada pelo porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, na noite de ontem, depois de Bolsonaro afirmar, em café da manhã com jornalistas, que estava “quase certo” não ter o horário especial este ano.

Nas redes sociais, Bolsonaro disse que estudos técnicos apontam para a “eliminação dos benefícios por conta de fatores como iluminação mais eficiente, evolução das posses, aumento do consumo de Energia e mudança de hábitos da população’.

O fim do horário de verão vinha sendo estudado pelo governo desde meados de 2017. Por enquanto, a extinção só vale para este ano. Mas o governo continuará fazendo estudos para avaliar se acaba de vez com o horário, que historicamente começa no terceiro domingo de outubro.

Segundo o porta-voz, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** realizou também pesquisas de opinião que apontaram que 53% da população são a favor do fim do horário especial. Em vigor desde 1931, a mudança de horário foi uma estratégia do governo para gerar economia de Energia.

O MME informou, porém, que houve mudanças nos hábitos da população, deslocando o período de maior consumo diário para a tarde, quando o horário de verão não tem influência. Estudos da pasta indicaram que essa política “deixou de produzir” os resultados esperados e perdeu “sua razão de ser”. Por isso, recomendou a Bolsonaro a suspensão do horário em todo o país.

#### AR-CONDICIONADO À TARDE

O último horário de verão, que terminou em fevereiro deste ano, não resultou em economia, segundo fontes do setor. A economia com o programa vem caindo ano após ano desde 2013. Naquele ano, o montante poupado foi de R\$ 405 milhões. Em 2014, foram R\$ 278 milhões, número que passou para R\$ 162 milhões em 2015, e R\$ 147,5 milhões em 2016. Os dados dos anos seguintes não foram divulgados.

Durante atarde, que registra o pico do consumo de eletricidade, as pessoas e empresas ligam mais o ar-condicionado, justamente em razão do calor. Esse eletrodoméstico é um dos que mais consomem Energia.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ, Nivalde de Castro, avalia que realmente não faz mais sentido econômico a adoção do horário de verão devido à redução do consumo, em

razão dos efeitos da última recessão. Além disso, ele ressalta que novos sistemas de geração, principalmente de Energias renováveis como eólica e solar, vêm entrando em operação, fazendo com que haja sobra de Energia no sistema.

Segundo Nivalde, o pico de consumo de Energia ocorre agora por volta das 15 horas.

— Tem fundamento técnico acabar com o horário de verão. Isso porque a economia não vem crescendo muito nos últimos anos, com o consumo baixo — destacou Nivalde de Castro.

#### IMPACTO PARA BARES DA ORLA

Fernando Blower, presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro (SindRio), disse que o anúncio pegou o setor de surpresa, já que o tema não estava em discussão.

— Haverá impacto nos negócios, mas a perda pode variar por bairro e por tipo de estabelecimento. Os que mais sofrerão serão os bares próximos à praia e com apelo turístico. A mudança não é bem vista pelo setor. É difícil mensurar o impacto, pois o horário de verão vigora há muito tempo e faz parte do país e do comportamento do consumidor — disse ele.

Para Blower, não está descartada uma possível rodada de conversa com o governo:

—Temos que falar em nível nacional. Se ficar visível que a categoria foi impactada, faremos um pleito para que essa decisão seja revertida.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 06/04/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDOÑEZ**

**Título: Petrobras vende à Engie rede de gasodutos por US\$ 8,6 bilhões**

A Petrobras acertou a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), que opera a rede de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste, para o consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec. Na última quarta-feira, O GLOBO já havia antecipado que a francesa era considerada a favorita na disputa. O negócio foi fechado por US\$ 8,6 bilhões, o equivalente a R\$ 33,11 bilhões.

O valor inclui a dívida de US\$ 800 milhões da TAG com empréstimos do BNDES. Segundo a Petrobras, foi considerada taxa de câmbio de R\$ 3,85. O consórcio

apresentou a melhor proposta, avaliando 100% do capital da TAG em R\$ 35,1 bilhões.

O processo de venda da TAG começou em 2017. Na primeira etapa, a empresa francesa — maior geradora privada de energia elétrica no Brasil e que opera gasodutos na França, além de atuar na distribuição de gás na Europa — apresentou a melhor proposta. Na fase posterior, denominada “rebid”, a Petrobras discutiu com o melhor ofertante as condições do contrato de compra e venda. Além da Engie, participam a Itausa, que controla o Itaú, e o EIG Global Energy junto com o fundo Mubadala, de Abu Dhabi.

“A conclusão está sujeita à aprovação pelos órgãos de governança da Petrobras e de defesa da concorrência”, disse a Petrobras, em nota.

Especialistas do setor consideraram que a venda da TAG pela Petrobras foi um passo importante na direção da abertura do mercado de gás. Segundo Marco Tavares, sócio da consultoria Gas Energy, é preciso definir qual o espaço que as empresas privadas poderão utilizar na malha dos gasodutos. Hoje, ele é ocupado integralmente pela estatal:

— O mercado espera que não fique só na venda de gasodutos. A Petrobras deve definir como ficam os contratos de transporte do gás para saber quais dutos estarão disponíveis a outras empresas.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 06/04/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: JOÃO SORIMA NETO**

**Título: Leilão portuário rende R\$ 448 milhões à União**

Terminais no Pará receberão R\$ 430 milhões em investimentos dos novos controladores

O governo federal arrecadou ontem R\$ 447,9 milhões com o leilão de seis terminais portuários, que têm investimentos previstos de R\$ 430 milhões. Os terminais estão localizados no estado do Pará, e as concessões vão de 15 a 25 anos.

O Ministério da Infraestrutura prevê, ainda para este ano, os leilões das BR-364 e BR-365, dos portos de Suape (PE), Santos (SP) e Paranaguá (PR), além das ferrovias Oeste-Leste e Ferrogrão.

Os terminais leiloados ontem serão utilizados para armazenagem e movimentação de combustíveis.

Para o advogado Luiz Wambier, sócio do Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, o balanço dos leilões do governo federal feitos até agora é positivo, já que investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, têm mostrado interesse nos ativos. Para ele, a área de infraestrutura precisa de recursos privados.

— Os leilões promovem a entrada de recursos novos em infraestrutura. E esses investimentos que serão feitos significam a geração de empregos— disse Wambier.

O governo deve lançar na próxima semana os editais dos leilões de dois terminais portuários, em Santos (SP) e em Paranaguá (PR), segundo Diogo Piloni, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Há ainda terminais no Porto de Itaqui, no Maranhão, que devem ser leiloados este ano. O governo também trabalha para privatizar a Companhia Docas do Espírito Santo em 2019.

**MME / ASCOM .**